

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de Londrina

Class.: M15 75

Data: 02/05/93

Pg.: 16



Menores deixam a escola para cortar cana em usina

Era "gente do mato", agora virou bóia-fria

Nos dias 20, 21 e 22 de abril, quando a Folha esteve em Brasília, 555 índios estavam trabalhando na destilaria Debrasa. Na segunda quinzena de maio, a empresa deve contratar outros 800 índios. Este ano, todas as destilarias do Mato Grosso do Sul vão empregar mais de 5 mil índios. Os kaingang do Paraná deixam de ser "gente do mato", como diz o significado da palavra, para ser bóia-fria. "A partir do momento em que o índio sai da reserva, ele vai perdendo a sua identidade étnica" — opina a antropóloga Marcolina Carvalho, professora da Universidade Estadual de Londrina.

Folha: Existe alguma consequência do índio sair da aldeia para ir trabalhar numa destilaria de álcool?

Marcolina Carvalho: A partir do momento em que ele sai da reserva, vai perdendo a sua identidade étnica. Competindo com a mão-de-obra de fora, ele vai ter a grande contradição: vai que-

guir que seu trabalho seja absorvido. Então, o índio vai se pauperizando, se marginalizando, o que é um desrespeito total.

Folha: De quem é a culpa?

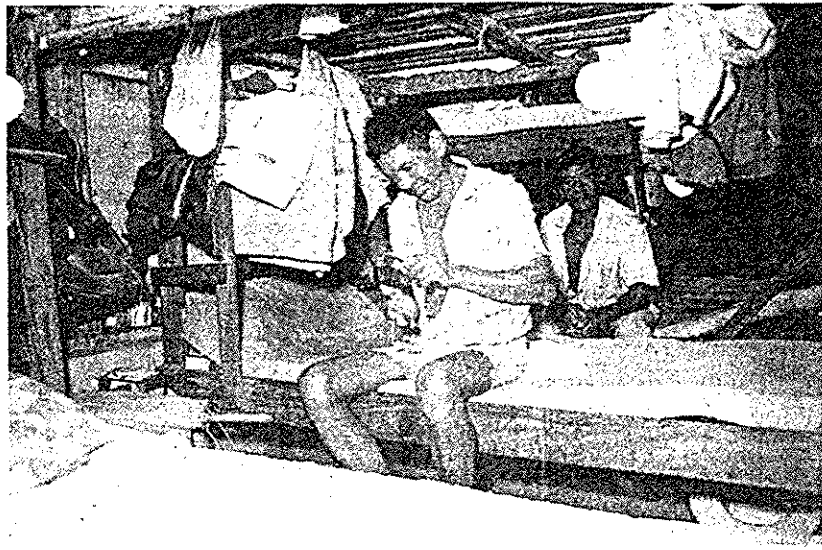
Marcolina: A política da Funai tem sido equivocada e vem contribuindo enormemente para essa situação do índio, que virou mão-de-obra volante, bóia-fria — mas em piores condições, altamente explorados, em estado de miserabilidade. Até que os índios resistem bastante.

Folha: Os índios têm noção da cobiça dos usineiros, dos fazendeiros?

Marcolina: Nem todos entendem, mas encontramos algumas lideranças com bastante clareza dessa situação.

Folha: Qual a diferença entre o índio bóia-fria e o branco bóia-fria?

Marcolina: Olha, vou te contar a história de um fazendeiro que mora próximo aqui de Londrina. Ele me contava que preferia trabalhar com o índio porque, além



Na Debrasa, os alojamentos são precários

Para a Funai, um mal necessário na crise

"Fim do prazo deste contrato, a empresa poderá dispensar os índios sem estar obrigada ao pagamento de qualquer indenização, nem a lhes dar aviso prévio; entretanto, caso seja dado, será apenas para Governo dos contratados, não implicando em pagamento de indenizações" — diz a 12ª. cláusula do contrato de trabalho entre a destilaria Debrasa e os capitães, que representam o índio.

"Este contrato é ilegal" — afirma o assessor jurídico da Funai em Londrina, advogado Antonio Marquenzi. "Na rescisão do contrato, o índio tem direito ao 13º. salário, férias e indenizações proporcionais". Para ele, o contrato caracteriza vínculo empregatício. Isto é, o patrão é obrigado a assinar a carteira de trabalho.

A Delegacia Regional do Trabalho de Campo Grande está homologando os contratos entre os índios e as destilarias de álcool do Mato Grosso do Sul. O advo-

diário do Norte do Paraná para ser bóias-frias na Debrasa. "Mas diante das circunstâncias atuais, de crise, tem feito vistas grossas. É um mal necessário".

Na 9ª. cláusula, a Debrasa se compromete a fornecer aos índios alojamentos condignos e em condições normais de habitação, higiene e uso durante o período de vigência do contrato. Na 17ª. cláusula, a empresa "obriga-se a não incluir estudantes de qualquer nível durante o ano letivo, bem como indígenas menores de 14 anos". Em abril, o que mais tinha na fazenda eram jovens guarani, terena e kaiowá trabalhando no corte da cana. Para trás, além da pobreza das suas aldeias, deixaram também os bancos escolares.

O diretor das destilarias em Maceió, Herbert Souza, afirma que não é ilegal e contratação de mão-de-obra indígena pela Debrasa e pela Cachoeira. O que existe, segundo ele, "são cam-

Ernesto negocia com caciques. É o "patrão"

Para os índios do Norte do Paraná e do Mato Grosso do Sul, ele é o patrão. José Jerônimo é uma espécie de "gato" moderno. Funcionário de carteira assinada e um salário de mais de Cr\$ 15 milhões para ir nas aldeias negociar com os caciques a contratação dos índios e administrar os alojamentos espalhados pelos 19 mil hectares que compõem a fazenda, ele só anda de chapéu, num carro Gol. Mora em casa da empresa e tem descontado no holerite, além das obrigações trabalhistas do patrão, um valor simbólico pelo aluguel. A comida corre por conta do usineiro.

"Neto" ou "Ernesto", como é chamado pelos kaingang, terena, guarani, kaíowá, tem 25 anos, 10 dos quais dedicados à Debrasa, onde começou como apontador. É casado, mas ainda não decidiu ter filhos. "Há quatro anos comecei a lidar com os índios." No sábado passado, ele foi até Amambal (MS) para buscar mais de 100 indígenas. "Agora em maio, vou a Tamarana para trazer outros 150."

O "cabeçante" (que pode ser o

próprio caciquê ou um líder indicado por ele) ganha, segundo "Ernesto", 15% sobre a produtividade do grupo que comanda. Pelas contas da Debrasa, Nelson Vargas, responsável por 46 índios, recebeu Cr\$ 19.697.335. Aparecido de Almeida, também de São Jerônimo da Serra, ganhou Cr\$ 25.851.000 para "cultivar" de 62 índios, enquanto José Bonifácio, de Apucarantina, ficou com Cr\$ 23.611.455. O "cabeçante" não pega no pesado. "Nós sofremos na usina, mas só vamos para socorrer a família" — afirma o xetá José Luciano da Silva, pai de tantos filhos que até perdeu as contas e que ganhou, em 60 dias de trabalho, Cr\$ 3.600.000.

A fazenda Debrasa fica a 36 quilômetros de Bataguassu e a 50 quilômetros de Brasilândia, na divisa do Mato Grosso do Sul com São Paulo. Os moradores já estão cansados das promessas de que o asfalto os leve, um dia, mais rápido à civilização. Na definição do moleque Paulo Crispin Filho, 14 anos, "aqui é um lugar estranho, como diz o outro". (L.T.)